

Demonstrações
FINANCEIRAS

2020



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司



STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH ou State Grid")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020:

1) A COMPANHIA

A SGBH é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A SGBH foi constituída em 2010, quando o Brasil foi escolhido pela State Grid International Development Limited (SGID) e pela Top View Investment Limited para a realização do primeiro grande investimento do conglomerado em países não asiáticos. A SGCC foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Com cerca de 1,58 milhões de funcionários, a SGCC serve 1.1 bilhão de pessoas e possui operações em diversos países, como Filipinas, Brasil, Portugal, Austrália, Itália, Grécia, entre outros.

2) NEGÓCIOS NO BRASIL

Desde sua chegada no Brasil, a **State Grid** adquiriu participação de 100% em 18 concessionárias do serviço público de transmissão de energia, 100% em 1 empresa de prestação de serviços e gerenciamento de atividades de engenharia e 51% de participação com controle conjunto em 5 companhias conforme abaixo:

Grupo SGBH					
Controladas Participação de 100%			Controladas em conjunto Participação de 51%		
ETEE	RPTE	MRTE	Matrinchã		
ETIM	SPTE	LPMC	Guaraciaba		
ITE	Iracema	ACTE	LNT		
PPTE	Catxeré	XRTE	Paranaíba		
SMTE	Araraquara	CNTE	Belo Monte		
PCTE	Itatim	PRTE			
SGSE					

Razão social

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM")
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PMTE")
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")
Catxeré Transmissora de Energia S.A. ("Catxere")
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")
Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. ("LPMC")
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia ("PRTE")
State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã")
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba")
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia")
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba")
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte")

Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação	2020	2019
Extensão das Linhas em operação:	9.793	9.402
	9.793	9.402
	2020	2019
Subestações próprias:	21	20
Subestações acessadas:	47	45

Parcerias
Além de seus investimentos diretos, a **State Grid** alcançou importantes conquistas com parceiros no Brasil: - Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia"), possuindo participação societária de 51%. Este lote está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. - Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel"), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constituiu a Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"), possuindo 51% de participação societária em cada uma dessas empresas. A Matrinchã assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2017 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016. Ainda em 2012, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. Em janeiro de 2017, houve a conclusão da implantação da totalidade do projeto. - Em 2014, em parceria com Furnas e Eletronorte, venceu o leilão 011/2013, e constituiu a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte"). O período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação	2020	2019
Extensão das Linhas em operação:	4.651	4.672
Linhas em construção:	4.651	4.651
	-	21
	2020	2019
Subestações próprias:	7	7
Subestações acessadas:	10	10

3) EXERCÍCIO DE 2020

	2020	2019
Ativos totais - R\$	29.018.889.097	28.362.459.420
Receita líquida - R\$	2.919.242.538	4.269.827.437

O exercício de 2020 foi marcado pelo aumento da taxa do dólar (USD 5,1967 por real em 31 de dezembro de 2020 contra USD 4,0307 por real em 31 de dezembro de 2019), o que impactou diretamente no resultado financeiro e lucro líquido de algumas Concessionárias do Grupo. Basicamente todas as concessionárias adquiridas em 2010 possuem endividamento em dólar. A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a State Grid busca ser mais inclusiva. A State Grid vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A State Grid também participa de ações sociais junto a Sociedade. Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a State Grid participou: **Orquestra Maré do Amanhã:** A State Grid Brazil é mantenedora da Orquestra Maré do Amanhã desde 2012. O projeto prevê o ensino de música clássica para crianças e adolescentes entre 4 e 19 anos, residentes da comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas. O projeto iniciou em 2011 com 30 alunos e atualmente trabalha com cerca de 4.000 jovens. Busca oferecer uma oportuna idade real de melhoria de vida para os moradores da Maré, área considerada de alto risco. Crianças são preparadas e equipadas para a arte da música, evitando que sejam regimentadas pelo tráfico de drogas. Para ser selecionado e participar do projeto, é essencial que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola, comprovem frequência e desempenho escolar. A orquestra tem se tornado cada vez mais profissional, recebendo cada vez mais reconhecimento, somando diversas participações especiais em programas de TV e novelas. Em 2017, a orquestra tocou em um dos eventos de maior público do país, o Reveillon em Copacabana, que contabilizou um público de 2,4 milhões de pessoas. Em 2018, foi inaugurada a nova sede da Orquestra Maré do Amanhã, com salas de aula, espaço de convivência e um teatro, para continuar com o trabalho transformador de jovens e crianças. Em 2019, a orquestra se apresentou em um dos maiores festivais de música do mundo, o Rock In Rio, evento que totalizou um público de 700 mil pessoas. **Balé Nacional da China:** Integrado por 70 bailarinos, o Balé Nacional da China foi fundado em 1959 e hoje é a companhia de dança de maior prestígio do país. Ao longo dos anos, especializou-se na tradição do balé clássico ocidental, tendo encenado grandes peças como Dom Quixote, Romeu e Julieta e A Bela Adormecida. A companhia vem atribuindo crescente atenção às obras assinadas por artistas contemporâneos, independente de seu estilo e escola, com primazia para as que retratam a vida e a cultura chinesa. Liderado por seu atual presidente, Zhao Ruheng, o Balé Nacional da China introduziu uma série de novas criações recebidas pelo público com grande entusiasmo. É hoje considerada pela crítica especializada internacional uma das mais importantes em atividade no mundo. A companhia traz o diálogo entre a cultura oriental e a dança clássica ocidental, mesclando tradições e referências dos dois universos. Em sua turnê no Brasil, se apresentou no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, com uma audiência total de quase 24 mil espectadores. **Do Rio ao Xingu:** "Do Rio ao Xingu - Relatos de Viagem", da escritora chinesa Wang Yu e das jornalistas brasileiras Cristiane Costa e Cibele Reschke, é fruto de uma viagem de 2.500 quilômetros pelo interior país, que começou no Rio de Janeiro e terminou às margens do rio Xingu, no Pará. Uma obra bilingue, este diário de viagem traz o olhar oriental e a sensibilidade poética feminina sobre um trajeto, no qual a escritora percorreu o Sudeste, Centro-Oeste e Amazônia, passando por biomas tão diferentes quanto a Mata Atlântica, o Cerrado e a Floresta Amazônica, conviveu com índios e quilombolas, descobriu a variedade culinária, frutas e temperos e admirou a diversidade da fauna brasileira. Essa viagem exploratória pelo interior do Brasil contemporâneo, recortando um país tão continental e cheio de contrastes quanto a China, traz um novo olhar sobre o contexto cultural, social e econômico, do ponto de vista de uma estrangeira, trazendo a sua interpretação sobre estes aspectos contextualizando com a realidade chinesa. **Orquestra China do Conservatório Central:** A Orquestra de Câmara do Conservatório Central da China ligada ao Conservatório Central de Música. É composta por um grupo de jovens instrumentistas chineses, vencedores do Prêmio Sino de Ouro Chinês, Prêmio Wenhuan de Academias de Belas Artes, Concurso Nacional de Instrumentos Musicais Chineses CCTV e de outros grandes concursos nacionais de música, sendo uma das principais orquestras de câmara do país, com alto padrão e musicalidade. Enraizada na cultura tradicional da China, a orquestra pretende herdar e levar adiante a música chinesa, além de estimular sua vitalidade, exibindo seus estilos e características a nível internacional. Em sua turnê pelo Brasil, fizeram apresentações em setembro de 2019, no Rio de Janeiro, em Brasília e São Paulo. A orquestra que executou principalmente obras chinesas por meio de seus instrumentos tradicionais, que foram recebidas calorosamente pelo público, alcançando cerca de 1.800 espectadores. **Corridas de Rua: Circuito Juntos de Corridas de Rua I e III:** O Grupo patrocina corridas de rua desde 2012. Através deste tipo de evento, além de uma vida mais ativa e saudável, há a promoção da integração e construção do senso de coletividade, refletindo no convívio familiar. A State Grid busca incentivar os seus colaboradores a participarem de atividades que busquem essa melhoria de sua saúde e bem-estar por meio da prática de esportes, onde têm a oportunidade de participar juntamente com a família. **Craque do Amanhã:** O CETAC, Centro de Estudo Treinamento Assessoria a Cidadania, fundado em 2001, é a instituição responsável pelo projeto Craque do Amanhã. Desde 2012, o projeto atua com foco na formação integral do jovem, tendo como fio condutor o desenvolvimento de valores e habilidades intrínsecos às atividades esportivas, que fornecem as bases para um processo educacional de qualidade. As famílias também são acompanhadas por uma equipe psicossocial, que faz o acompanhamento do desenvolvimento destes jovens e seus responsáveis. Além da capacitação esportiva na modalidade futebol, os beneficiados recebem acompanhamento de saúde física e mental, por meio de atendimento psicossocial; distribuição de refeições diárias; fornecimento mensal de cestas básicas; monitoramento educacional através da frequência e rendimento escolar; acesso a atividades socioassistenciais, educacionais e culturais; monitoramento e avaliação do IMC (Índice de Massa Corpórea); participação em cursos de qualificação profissional e oficinas temáticas. O objetivo é educar crianças, adolescentes, jovens utilizando o esporte como principal ferramenta impulsionadora da construção de valores em prol da promoção social, focando na construção de valores, ética e no fortalecimento da identidade cultural, local e de gênero, utilizando o futebol como um grande potencial educativo, capaz de contribuir na formação da cidadania, no combate à violência, respeito aos direitos humanos e inclusão social.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da State Grid e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Nota	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019		Nota	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)		Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Ativo													
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.645.043	1.084.267.944	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000						
Títulos e valores mobiliários	9	100.016.657	100.016.657	-	-	-	-						
Concessionárias e permissionárias	10	-	311.303.282	-	307.635.301	-	112.265.555						
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	3.819.173	1.116.290	6.339.308	4.998.323	6.470.407	5.503.145						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	84.748.880	144.673.492	49.855.950	51.932.575	6.739.944	23.640.250						
Outros impostos a recuperar	11	208.604	13.779.415	208.605	20.198.774	635.178	11.616.490						
Ativo de contrato	13	-	2.569.746.401	-	2.505.215.403	-	1.683.328.455						
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	1.109.282.829	88.179.202	1.203.605.697	-	693.017.517	-						
Adiantamentos a fornecedores		345.548	18.780.030	465.954	29.083.316	279.461	13.069.385						
Estoques		-	56.292.661	-	33.667.168	-	35.779.926						
Dividendos a receber	14	276.272.767	119.167.588	261.358.517	92.811.481	107.411.508	83.965.360						
Outros ativos circulantes		77.272	21.356.149	42.780	18.745.792	99.696	12.384.220						
		1.613.416.773	4.528.679.111	2.143.915.760	4.291.431.861	843.721.653	3.551.647.786						
Ativo não circulante													
Títulos e valores mobiliários	9	-	158.173.412	-	105.407.044	-	46.552.332						
Ativo de contrato	13	-	19.053.686.181	-	18.848.718.876	-	17.169.632.053						
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	709.652.698	709.652.698	851.139.264	851.139.264	2.036.227.677	772.739.374						
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	-	-	50.159.046	50.159.046	47.344.000	47.344.000						
Impostos diferidos	24	-	-	-	30.257.096	-	32.131.651						
Outros ativos não circulantes		1.969.621	59.669.820	1.041.522	37.989.883	985.703	20.732.541						
Investimentos	14	14.820.652.012	3.623.594.634	13.787.365.160	3.401.769.514	12.420.402.724	3.230.735.010						
Propriedade para investimento	15	79.559.870	79.559.870	84.963.456	84.963.456	86.964.328	86.964.328						
Imobilizado	16	266.561.123	290.483.943	106.888.284	132.717.708	108.868.916	132.947.747						
Intangível	17	683.898	515.389.428	541.362	527.905.672	358.770	538.985.581						
		15.879.079.222	24.490.209.986	14.882.098.094	24.071.027.559	14.701.152.118	22.078.764.617						
		17.492.495.995	29.018.889.097	17.026.013.854	28.362.459.420	15.544.873.771	25.630.412.403						
Total do ativo													
Passivo													
Passivo circulante													
Fornecedores - terceiros	18	423.906	295.466.738	1.300.366	641.460.540	620.377	550.256.248						
Fornecedores - partes relacionadas	23.2	1.896.986	16.645	37.202.311	10.447	1.600.669	-						
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	-	448.655.386	-	332.613.889	-	84.507.322						
Empréstimos - partes relacionadas	19	5.256.399	290.824.794	7.641.362	224.992.129	8.089.180	220.325.669						
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	1.980.403	126.379.487	1.980.403	121.466.359	1.980.403	87.996.275						
Outros impostos a pagar	20	19.607.584	56.844.160	20.458.630	62.932.529	3.162.632	38.114.565						
Taxas regulamentares	21	-	61.782.286	-	49.406.186	-	47.218.089						
Dividendos propostos		3.527.266	3.527.266	15.492.126	122.282.056	122.282.056	122.282.056						
Outros passivos circulantes	22	195.100	38.323.800	200.868	39.656.672	185.747	39.659.450						
		32.887.644	1.321.820.562	84.276.066	1.488.030.877	137.921.064	1.190.359.674						
Passivo não circulante													
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	-	5.658.793.010	-	5.654.141.752	-	5.104.038.420						
Empréstimos - partes relacionadas	19	4.488.742.425	5.060.199.355	3.432.146.495	3.929.241.532	3.102.273.007	3.774.331.528						
Impostos diferidos	24	150.838.492	4.009.113.868	149.321.134	3.820.340.350	147.809.364	3.301.153.560						
Provisão para contingências	25	1.168.996	46.675.682	702.239	44.222.45								



STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Nota	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Receita operacional líquida	28	7.519.132	2.919.242.538	8.643.528
Custo da operação	29	(7.871.257)	(277.971.459)	(4.940.939)
Lucro bruto		(352.125)	2.641.271.079	3.702.589
Despesas gerais e administrativas	30	(62.018.254)	(177.927.145)	(25.219.609)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	31	(500.300)	(737.183)	(292.822)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(62.870.679)	2.462.606.751	(21.809.842)
Resultado financeiro	32	(1.116.480.280)	(1.961.532.521)	(177.868.123)
Receita financeira		1.079.848.463	1.045.628.525	989.281.202
Despesa financeira		(2.196.328.743)	(3.007.161.046)	(1.167.149.325)
Equivalência patrimonial	14.2	1.491.102.882	290.717.695	1.415.873.779
Resultado antes dos impostos		311.751.923	791.791.925	1.216.195.814
IRPJ e CSLL Correntes	33	—	(275.014.782)	—
IRPJ e CSLL Diferidos	33	(1.517.359)	(206.542.579)	(1.511.770)
Lucro líquido do período		310.234.564	310.234.564	1.214.684.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Lucro líquido do período		310.234.564	310.234.564	1.214.684.044
Total dos resultados abrangentes		310.234.564	310.234.564	1.214.684.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	31/12/2020		31/12/2019		Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de lucros de incentivos fiscais	
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)	9.787.203.751	73.209.836	757.478.446	1.535.985.943	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.214.684.044
Constituição da reserva legal	—	60.734.202	—	—	(60.734.202)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	—	—	1.142.410.344	—	(1.142.410.344)
Dividendos propostos	—	—	—	—	(11.539.498)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	9.787.203.751	133.944.038	757.478.446	2.678.396.287	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	310.234.564
Constituição da reserva legal	—	15.511.728	—	—	(15.511.728)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	—	—	291.775.608	—	(291.775.608)
Dividendos propostos	—	—	—	—	(2.947.228)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM	—	—	—	94.156.589	94.156.589
Distribuição de dividendos adicionais conf. AGE de 08/07/2020	—	—	(185.087.912)	—	(185.087.912)
Distribuição de dividendos intermediários conf. AGE de 23/09/2020	—	—	(200.000.000)	—	(200.000.000)
Distribuição de dividendos intermediários conf. AGE de 02/10/2020	—	—	(200.000.000)	—	(200.000.000)
Distribuição de dividendos intermediários conf. AGE de 04/11/2020	—	—	(200.000.000)	—	(200.000.000)
Distribuição de dividendos intermediários conf. AGE de 09/11/2020	—	—	(157.135.590)	—	(157.135.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.787.203.751	149.455.766	757.478.446	2.027.948.393	94.156.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA)
31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, nº 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010, tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas Notas Explicativas nºs 3 e 4. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,99999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

Coronavírus (COVID-19): (i) Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

(ii) Medidas de assistência governamental: Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020. (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020. (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020. (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

(iii) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade: A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Como parceiro do Projeto Craque do Amanhã, o Grupo doou 18 toneladas de alimentos e materiais de limpeza para a comunidade do entorno, em São Gonçalo (RJ); (ii) Por meio das SPES Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") e Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") com recursos financiados pela linha de Investimento Social Empresarial do BNDES, o Grupo doou: a. 264 leitos hospitalares para o "Hospital Campanha" do Rio Centro, construído pela Prefeitura do Rio de Janeiro, R. 11.000 cestas básicas para 44.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social. (iii) Doação de 100 mil máscaras de proteção para uso por médicos e enfermeiras no Estado do Rio de Janeiro; (iv) Doação de R \$ 1.000.100,00 ao Fundo de Correspondência do BNDES "Salvando Vidas", por meio da linha BNDES de Investimento Social Empresarial; (v) Doação de equipamentos hospitalares e EPI ao município de Paracambi/RJ, Anapu/PA e Itumbiara/GO por meio da linha BNDES de Investimento Social Empresarial; (vi) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (vii) Implementação do Protocolo COVID-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (viii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (ix) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (x) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem; (xi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (xii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da COVID-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (xiii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (xiv) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (xv) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xvi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xvii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xviii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70%; (iv) **Impacto nas demonstrações financeiras:** No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Déficit na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações; (iii) Postergação do pagamento de parcelas de principal e juros de empréstimos de mútuo (Intercompany) que empresas do grupo contrataram com a sua acionista SGID. Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico e tc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a COVID, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, e consideram as informações que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente individual e consolidada da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	311.751.923	791.791.928	1.216.195.814	1.653.358.551
Lucro antes dos impostos				
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(1.491.102.882)	(290.717.695)	(1.415.873.779)	(237.131.142)
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	1.146.971.368	1.945.729.100	289.369.509	909.005.915
Juros e variações monetárias dos empréstimos a receber	(117.041.775)	(76.543.845)	(167.368.709)	(78.399.890)
Depreciação e amortização	7.503.199	12.401.468	5.198.588	7.450.717
Provisão para perda de crédito esperada	—	2.520.892	—	(1.267.828)
Provisão para contingências	466.757	2.453.226	112.423	5.431.959
Provisões compensação ambiental	—	6.772.135	—	—
Custo de transação de financiamento	—	898.275	—	—
Atualização de investimento	70.096	835.983	142.854	2.105.913
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	—	(6.188.873)	—	(194.101.918)
Contas a receber	52.679.181	40.903.646	(37.687.926)	(5.389.376)
Ativo de contrato	—	(269.498.299)	—	(2.510.154.165)
Estoques	—	(22.625.493)	—	2.112.760
Impostos a recuperar	(7.679.567)	(58.128.340)	(40.476.870)	(62.272.338)
Adiantamentos a fornecedores	120.406	10.303.286	(186.493)	(16.013.931)
Juros recebidos	68.503.976	38.672.208	51.868.942	—
Outros ativos	34.041.385	(24.290.297)	1.095	(23.618.915)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(876.458)	(345.993.822)	36.281.634	99.352.236
Fornecedores partes relacionadas	(35.305.325)	13.143.631	—	—
Impostos e contribuições sociais	(851.046)	29.091.757	45.489.213	300.411.172
Impostos pagos	—	(217.635.847)	(2.212.562)	(113.781.291)
Taxas regulatamentares	—	12.376.102	—	(5.451.739)
Compensação ambiental	—	29.482.357	—	—
Outros passivos	(5.771)	(1.839.593)	15.124	(1.970.008)
Juros pagos	(157.036.230)	(397.634.003)	(168.882.296)	(297.609.909)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(187.790.763)	1.226.279.887	(188.013.439)	(567.933.227)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(161.914.988)	(165.165.307)	(1.399.676)	(7.192.020)
Dividendos recebidos	315.078.565	46.259.380	307.076.093	21.550.518
Juros sobre capital próprio recebidos	159.761.564	159.761.564	—	—
Empréstimos concedidos	(200.000.000)	—	—	—
Empréstimos recebidos	484.347.233	91.179.001	790.000.000	—
Títulos e valores mobiliários	(100.016.657)	(152.783.025)	—	(58.854.712)
Aquisição de investimentos	900	—	(405.301.000)	35.700.000
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	497.256.617	(20.748.387)	690.375.417	(8.796.214)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos captados	64.275.830	65.383.565	3.341.960.956	4.389.169.345
Empréstimos pagos	—	(296.893.694)	(3.133.022.498)	(4.037.061.747)
Dividendos pagos	(957.135.590)	(957.135.590)	(118.329.429)	(118.329.429)
Juros sobre capital próprio pagos	—	(159.761.565)	—	—
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	(892.859.760)	(1.348.407.284)	90.609.029	233.778.169
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(583.393.906)	(142.875.784)	592.971.007	(342.951.272)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	38.645.043	1.084.267.944	622.038.949	1.227.143.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria em 30 de março de 2021. **2.1 Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3 Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais estão apresentadas a seguir:

Razão social	% de participação	31/12/2020	Data de aquisição
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM")	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê")	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de energia do Brasil S.A. ("ACTE")	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTM")	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")	100	100	27/04/2016
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE")	100	100	27/04/2016
State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")	100	100	03/12/2018



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

(i) Em 29 de setembro de 2011, a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia, que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 9 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. (ii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Guaraciaba, que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016, todas as linhas de transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 9 de dezembro de 2016. (iii) A Matrinchá foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Matrinchá, que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016. (iv) Em 21 de dezembro de 2012, a Paranaíba foi constituída, a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5%, e Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 24,5%. A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Águas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Águas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto. (v) Em 20 de março de 2014, a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão nº 011/2013, realizado pela ANEEL em 7 de fevereiro de 2014, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), que tem participação de 24,5%, e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$ 5 bilhões, com uma RAP anual de R\$ 434 milhões. O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contado a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **5.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; Existência de garantia; Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **5.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **5.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual origina-se na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios desse ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revistas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão, e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo feito através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da infraestrutura" como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante.

5.5 Investimentos em controladas e controladas em conjunto: O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6 Imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área Administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (os quais têm seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **5.7 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: *softwares*, *serviços* e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia. **5.8 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.9 Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou, desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **5.10 Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao PIS, com alíquotas de 1,65% e 0,65%, e à Cofins, com alíquotas de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos

das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração do resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - Correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Para as controladas, ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTM, SPTE, LTI, Catberê, ACTE e SGSE, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido. Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **5.11 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulares é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.13 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **5.14 Assistências governamentais:** O incentivo fiscal da Sudam consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devidos, calculados sobre o lucro da exploração.

5.15 Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **5.16 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa à não interrupção da disponibilidade dessas instalações. (d) Receita de aluguel - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização. **5.17 Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e à mensuração dos ativos e passivos financeiros, bem como à mensuração e ao reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **(i) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração de títulos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros da seguinte forma: **Ativos financeiros ao VJR** - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gera fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a ser reconhecidas nos exercícios apresentados. **(ii) Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **(iii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao VJR. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **5.18 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **5.19 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Em 2020, a Companhia esteve envolvida em discussão técnica contábil em relação à classificação do ágio de algumas controladas adquiridas e do cálculo do imposto diferido da controlada XRTE. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Identificou-se a necessidade de ajuste no ágio das controladas ITE, PCTE, RPTE, SMTE e SPTE referente ao valor recuperável que foi registrado no momento em que elas foram adquiridas em 2010 e que deveria ter sido revertido, uma vez que na adoção do CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, no ativo do contrato é descontado o valor do fluxo de caixa futuro o qual será suficiente para recuperar os investimentos efetuados, incluindo seus ágios. A controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") identificou diferenças temporárias relacionadas ao IRPJ e CSLL diferidos decorrente das aplicações do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - contratos de concessão e CPC47/IFRS 15 que não foram reconhecidos anteriormente. A Administração da XRTE reapresentou as demonstrações financeiras desta controlada. Sendo assim a SGBH considerou refletiu esses ajustes na equivalência patrimonial da controladora e nos saldos correlatos consolidados, ora reapresentados. Adicionalmente, observou-se a necessidade de ajuste na equivalência patrimonial das controladas em conjunto Belo Monte Transmissora de Energia S.A. e Paranaíba Transmissora de Energia S.A., cujas demonstrações financeiras anteriormente emitidas foram reapresentadas para correção de erros decorrentes de reconhecimento de impostos diferidos sobre as receitas registradas em decorrência da construção do ativo contratual da concessão e ajustes no modelo de cálculo do ativo contratual para refletir o ofício-circular/CVM nº 04/2020 quanto aos aspectos do CPC nº 47 - IFRS nº 15. As Companhia realizaram os ajustes requeridos de forma retrospectiva. No exercício de 2019, houve reclassificações de valores de provisões para encerramento de obra, adiantamentos de terceiros, fornecedores e outros passivos circulantes. A seguir os impactos dos ajustes e reclassificações em 31 de dezembro de 2019 e 01 de janeiro de 2019:

Balanço Patrimonial	Ref.	31/12/2019			31/12/2019		
		Controladora			Consolidado		
		Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Ativo							
Dividendos a receber	(i) e (ii)	259.289.731	2.068.786	261.358.517	91.231.747	1.579.734	92.811.481
Demais ativos circulantes não impactados		1.882.557.243	-	1.882.557.243	4.198.620.380	-	4.198.620.380
Ativo circulante		2.141.846.974	2.068.786	2.143.915.760	4.289.852.127	1.579.734	4.291.431.861
Investimentos Intangível	(i), (ii) e (iii)	13.407.487.569	379.877.591	13.787.365.160	3.536.472.598	(134.703.084)	3.401.769.514
Demais ativos não circulantes não impactados	(iii)	541.362	-	541.362	65.485.858	462.419.814	527.905.672
Ativo não circulante		1.094.191.572	-	1.094.191.572	20.141.352.373	-	20.141.352.373
Total do ativo		14.502.220.503	379.877.591	14.882.098.094	23.743.310.829	327.716.730	24.071.027.559
		16.644.067.477	381.946.377	17.026.013.854	28.033.162.956	329.296.464	28.362.459.420
	Ref.	31/12/2019			31/12/2019		
		Controladora			Consolidado		
Passivo		Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Fornecedores - terceiros	(iv)	1.300.366	-	1.300.366	178.917.364	462.543.176	641.460.540
Outros passivos não circulantes	(iv)	200.868	-	200.868	502.199.848	(462.543.176)	39.656.672
Dividendos propostos	(i) e (ii)	14.912.088	580.038	15.492.126	14.912.088	580.038	15.492.126
Demais passivos circulantes não impactados		67.282.706	-	67.282.706	791.421.539	-	791.421.539
Passivo circulante		83.696.028	580.038	84.276.066	1.487.450.839	580.038	1.488.030.877
Impostos diferidos	(i)	11.393.894	137.927.240	149.321.134	3.753.063.023	85.277.327	3.820.340.350
Demais passivos não circulantes não impactados		3.435.394.132	-	3.435.394.132	9.697.065.671	-	9.697.065.671
Passivo não circulante		3.446.788.026	137.927.240	3.584.715.266	13.432.128.694	85.277.327	13.517.406.021
Patrimônio líquido							
Reserva de lucros	(i) (iii) e (ii)	2.438.010.019	240.386.268	2.678.396.287	2.438.010.019	240.386.268	2.678.396.287
Reserva legal	(i) e (ii)	130.891.207	3.052.831	133.944.038	130.891.207	3.052.831	133.944.038
Demais itens do patrimônio líquido não impactados		10.544.682.197	-	10.544.682.197	10.544.682.197	-	10.544.682.197
		13.113.583.423	243.439.099	13.357.022.522	13.113.583.423	243.439.099	13.357.022.522
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.644.067.477	381.946.377	17.026.013.854	28.033.162.956	329.296.464	28.362.459.420
Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2019			31/12/2019		
		Controladora			Consolidado		
		Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Receita operacional líquida		8.643.528	-	8.643.528	4.269.827.437	-	4.269.827.437
Equivalência patrimonial	(i) e (ii)	1.397.609.222	18.264.557	1.415.873.779	227.553.673	9.577.469	237.131.142
Outros		(208.321.493)	-	(208.321.493)	(2.853.600.028)	-	(2.853.600.028)
Imposto de renda e contribuição social	(i)	(1.511.770)	-	(1.511.770)	(447.361.595)	8.687.088	(438.674.507)
Lucro líquido do exercício		1.196.419.487	18.264.557	1.214.684.044	1.196.419.487	18.264.557	1.214.684.044



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)**

milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015. Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação até o dia 27 de janeiro de 2020 e pagos juntamente com o principal durante a fase de amortização. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 28 de janeiro de 2020 no valor de R\$ 32.462.953 (trinta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil novecentos e cinquenta e três reais) e o segundo pagamento em 28 de julho de 2020 no valor de R\$ 13.126.759 (treze milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e nove reais). (iii) XRTE: Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentas e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018. Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentas e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - ANEEL. Essas operações foram aprovadas pela ANEEL através do Despacho nº 1.465, datado de 3 de julho de 2018. Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130 milhões da dívida total. Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020. Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021. Em novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente um de seus empréstimos, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debentures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). (iv) PRTE: Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirográfrica, em duas Fases entre a controlada Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") e a State Grid Brazil Holding ("SGBH") no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O valor desembolsado pela PRTE foi integralmente pago em 2019. (v) CNTE: Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, nº 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Mútuo entre a controlada Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE") e a State Grid Brazil Holding ("SGBH") no valor de R\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O valor desembolsado pela CNTE foi integralmente pago em 2019.

13. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Circulante	2.569.746.401	2.505.215.403	1.683.328.455
Não circulante	19.053.686.181	18.848.718.876	17.169.632.053
	21.623.432.582	21.353.934.279	18.852.960.508

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Saldo em 01 de janeiro de 2019			18.852.960.508
Receita de construção (i)			1.772.642.264
Receita de O&M			356.593.943
Receita de remuneração			2.571.553.015
Recebimentos			(2.040.162.570)
Imobilizado em curso			(159.652.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2019			21.353.934.279
Circulante			2.505.215.403
Não circulante			18.848.718.876
Saldo em 31 de dezembro de 2019			21.353.934.279
Receita de construção (i)			35.911.160
Receita de O&M			532.266.144
Receita de remuneração			2.737.300.123
Recebimentos			(3.039.919.690)
Imobilizado em curso			4.260.566
Saldo em 31 de dezembro de 2020			21.623.432.582
Circulante			2.569.746.401
Não circulante			19.053.686.181

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 3, a controlada XRTE entrou em operação em 14 de outubro de 2019, o que explica a grande variação da receita de construção de 2019 comparado a 2020. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas da Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. • A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

14. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA)

14.1 Informações financeiras sobre as investidas:

	31/12/2020				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	638.787.384	260.088.460	378.698.924	116.251.269	66.800.210
ETIM	232.788.827	28.376.315	204.412.512	44.474.017	53.825.591
ITE	1.003.359.390	400.420.872	602.938.518	153.173.047	63.258.140
RPTE	293.484.782	164.496.365	128.988.417	22.078.887	(29.946.014)
PCTE	272.424.512	253.418.856	19.005.656	22.573.109	(54.035.954)
SMTE	677.464.527	474.201.545	203.262.982	102.906.996	(31.815.581)
SPTTE	337.505.036	125.619.194	211.885.842	39.106.061	(6.610.542)
PPTE	548.067.348	254.204.851	293.862.497	94.270.890	40.776.160
Itatim	553.301.254	62.253.984	491.047.270	65.445.500	32.922.377
Iracema	286.116.925	21.489.557	264.627.368	29.276.539	8.479.980
Catxerê	620.078.448	54.814.127	565.264.321	66.666.429	52.260.188
Araraquara	260.109.485	53.965.438	206.144.047	22.571.497	8.831.943
MRTE	171.159.574	30.268.925	140.890.649	19.995.552	11.849.429
XRTE	12.555.230.203	8.461.878.386	4.093.351.817	1.507.651.496	623.093.834
ACTE	111.751.281	8.468.598	103.282.683	13.283.144	8.454.191
LTMTC	425.176.541	106.343.284	318.833.257	44.454.931	19.785.372
CNTE	642.883.714	304.813.976	338.069.738	82.175.410	44.791.729
PRTE	3.951.612.814	1.698.699.962	2.252.912.852	469.040.087	286.594.599
SGSE	2.100.522	354.011	1.746.511	2.528.415	1.069.535
Controladas em conjunto					
Luziânia	105.331.923	28.483.796	76.848.127	16.846.166	12.791.571
Matrinchã	2.926.392.302	1.045.328.113	1.881.064.189	398.209.438	112.259.716
Guaraciaba	1.447.464.809	589.543.838	857.920.971	114.570.979	43.609.860
Paranaíba	1.687.114.541	982.319.124	704.795.417	205.400.578	105.503.594
Belo Monte	8.161.715.931	4.547.753.235	3.613.962.696	833.618.934	294.278.017

	31 de dezembro de 2019				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	619.466.989	272.763.626	346.703.363	116.564.036	75.867.514
ETIM	242.849.838	75.256.580	167.593.258	47.752.827	30.770.259
ITE	938.091.089	379.621.578	558.469.511	180.397.769	95.410.417
RPTE	307.068.902	147.134.469	159.934.433	36.375.769	(716.299)
PCTE	276.929.660	204.887.150	73.042.510	24.550.555	(13.378.606)
SMTE	710.408.569	475.300.003	235.078.565	109.518.145	41.429.453
SPTTE	345.308.877	111.812.492	233.496.386	37.023.074	15.821.034
PPTE	545.321.424	253.462.725	291.858.699	179.754.389	47.479.938
Itatim	560.749.439	62.498.621	498.250.818	63.898.333	31.549.765
Iracema	290.023.858	38.776.468	256.147.390	38.878.107	6.168.335
Catxerê	609.350.504	61.145.918	548.204.586	72.354.867	40.476.950
Araraquara	254.025.448	52.775.649	201.249.799	22.219.006	5.775.602
MRTE	162.395.705	33.145.858	129.249.847	29.446.479	16.743.674
XRTE (i)	12.005.748.925	8.347.158.577	3.658.590.348	2.476.477.438	396.952.389
ACTE	102.929.051	8.100.558	94.828.493	12.021.498	7.318.968
LTMTC	468.233.059	168.997.213	299.235.846	45.286.388	19.502.738
CNTE	606.531.919	318.278.918	288.253.001	82.462.080	48.637.110
PRTE	3.749.405.902	1.781.512.744	1.967.893.158	689.999.512	313.250.269
SGSE	881.274	197.147	684.127	-	(316.873)
Controladas em conjunto					
Luziânia	106.002.958	31.907.302	74.095.656	18.028.333	12.653.226
Matrinchã	2.760.087.314	989.805.040	1.770.282.274	258.896.709	78.888.235
Guaraciaba	1.401.142.173	590.027.653	811.114.520	105.641.757	44.708.944
Paranaíba (i)	1.626.140.525	1.001.791.599	624.348.926	188.098.306	64.355.959
Belo Monte (i)	7.861.580.465	4.470.071.782	3.391.508.683	799.006.230	243.071.494

14.2 Movimentação dos investimentos:

	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Movimentação de capital	Dividendos e JCP	Reserva Sudam	Saldo em 31/12/2020
Controladas	10.385.595.646	1.200.385.187				11.197.057.378
ETEE	602.758.016	66.800.210	-	(34.804.649)	-	634.753.577
ETIM	245.925.732	53.825.591	-	(17.006.339)	-	282.744.984
ITE	558.469.511	63.258.140	-	(18.789.133)	-	602.938.518
RPTE	158.934.431	(29.946.014)	-	-	-	128.988.417
PCTE	73.042.510	(54.035.954)	(900)	-	-	19.005.656
SMTE	235.078.563	(31.815.581)	-	-	-	203.262.982
SPTTE	233.496.384	(6.610.542)	-	(15.000.000)	-	211.885.842
PPTE	335.303.089	40.776.160	-	(38.772.362)	-	337.306.887
Itatim	498.250.817	32.922.377	-	(40.125.924)	-	491.047.270
Iracema	256.147.388	8.479.980	-	-	-	264.627.368
Catxerê	548.204.586	52.260.188	-	(35.200.453)	-	565.264.321
Araraquara	201.249.801	8.831.943	-	(3.937.697)	-	206.144.047
MRTE	129.249.843	11.849.429	-	(208.623)	-	140.890.649
XRTE	3.658.590.348	623.093.834	-	(225.979.943)	37.647.579	4.093.351.818
ACTE	94.828.492	8.454.191	-	-	-	103.282.683
LTMTC	299.235.846	19.785.372	-	(187.961)	-	318.833.257
CNTE	288.253.002	44.791.729	-	(8.620.423)	13.645.430	338.069.738
PRTE	1.967.893.160	286.594.599	-	(40.715.579)	39.140.672	2.252.912.852
SGSE	684.127	1.069.535	-	(7.150)	-	1.746.512
Controladas em conjunto	3.401.769.514	290.717.695		(72.615.483)	3.722.908	3.623.594.634
Luziânia	37.788.785	6.523.701	-	(5.119.379)	-	39.193.107
Matrinchã	906.659.938	52.247.918	-	(12.408.881)	4.708.725	951.207.700
Guaraciaba	409.233.379	28.057.454	-	(6.663.645)	-	430.627.188
Paranaíba	318.417.984	53.806.833	-	(12.779.153)	-	359.445.664
Belo Monte	1.729.669.428					



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

a. Total da dívida com terceiros (consolidado)

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/13	jun/27	(i)	N/A	TJLP + 2,42%	-	-	19.850.487
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	set/13	dez/22	(i)	N/A	2,50%	-	-	4.701.872
ACTE	BNDES - Subcrédito C	R\$	abr/13	jun/27	(i)	N/A	TJLP	-	-	86.312
Araraquara	BNDES	R\$	jan/11	ago/28	(i)	N/A	TJLP + 2,21%	-	-	57.420.013
Catxerê	BNDES	R\$	out/11	ago/28	(i)	N/A	TJLP + 2,21%	-	-	128.604.409
ETEE	Debêntures	R\$	mar/18	fev/21	Fidejussória	N/A	105% da Taxa DI	136.028.337	137.790.881	138.151.347
Iracema	Debêntures	R\$	dez/10	dez/35	Fidejussória	N/A	TR + 9,00%	-	-	111.666.896
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	dez/12	abr/27	(i)	N/A	TJLP + 2,74%	-	-	158.822.163
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	dez/12	out/22	(i)	N/A	0,025	-	-	28.111.277
Itatim	BNDES - Subcrédito C	R\$	set/14	abr/27	(i)	N/A	TJLP	-	-	1.574.714
LTMC	BNDES - Subcrédito A	R\$	mai/12	jan/27	(i)	(e)	TJLP + 2,58%	-	50.932.359	57.941.320
LTMC	BNDES - Subcrédito B	R\$	mai/12	jan/27	(i)	(e)	TJLP + 2,18%	-	15.616.369	17.765.471
LTMC	Debêntures	R\$	ago/12	abr/29	(ii)	(e)	IPCA + 8,75%	74.642.163	71.859.155	64.285.618
PPTE	BNDES - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(i)	N/A	TJLP + 3%	-	-	39.713
PPTE	Debêntures	R\$	fev/19	fev/29	(iv)	N/A	IPCA + 4,45%	125.127.500	113.505.664	-
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/16	jul/30	(i)	N/A	TJLP + 2,28%	-	-	23.640.916
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	abr/16	jul/30	(i)	N/A	TJLP + 1,88%	-	-	11.032.998
MRTE	BNDES - Subcrédito C	R\$	abr/16	jul/30	(i)	N/A	TJLP + 2,28%	-	-	9.879.423
MRTE	BNDES - Subcrédito D	R\$	abr/16	jul/30	(i)	N/A	TJLP + 1,88%	-	-	193.873
MRTE	BNDES - Subcrédito E	R\$	abr/16	jul/30	(i)	N/A	TJLP + 2,28%	-	-	2.692.394
MRTE	Debêntures	R\$	dez/16	jun/26	(iii)	(e)	IPCA + 8,00%	17.285.708	16.571.283	16.045.799
XRTE	BNDES	R\$	nov/18	nov/42	(i)	N/A	IPCA + 5,62%	5.033.351.090	4.811.050.858	3.608.475.878
CNTE	BNDES	R\$	out/18	jan/33	(i)	(e)	TJLP + 1,93%	128.443.182	139.104.028	147.478.529
PRTE	BNDES	R\$	out/18	jan/34	(i)	N/A	TJLP + 2,33%	592.570.416	630.325.044	580.084.320
								6.107.448.396	5.986.755.641	5.188.545.742
								448.655.386	332.613.889	84.507.322
								5.658.793.010	5.654.141.752	5.104.038.420

Circulante - terceiros
Não circulante - terceiros

b. Total da dívida com partes relacionadas (controladora e consolidado)

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	nov/14	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2%	2.030.653.344	1.577.462.772	1.517.042.835
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	dez/14	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	588.990.222	457.104.576	439.529.013
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	jun/15	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	350.212.382	271.793.446	261.343.052
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	dez/15	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	207.882.366	161.333.715	155.130.472
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	jun/16	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	120.680.358	93.657.826	90.056.705
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	set/16	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	51.671.617	40.101.400	38.559.511
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	dez/16	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	156.210.749	121.232.315	116.570.961
SGBH	SGID - Subcrédito K	US\$	jun/17	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	210.280.521	163.194.880	156.920.075
SGBH	SGID - Subcrédito L	US\$	dez/17	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	152.161.254	118.089.576	113.549.059
SGBH	SGID - Subcrédito M	US\$	jul/18	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	152.161.254	118.089.576	113.549.059
SGBH	SGID - Subcrédito N	US\$	set/18	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	15.073.361	11.698.160	11.248.369
SGBH	SGID - Subcrédito O	US\$	dez/18	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	129.801.224	100.736.364	96.863.076
SGBH	SGID - Subcrédito P	US\$	jun/19	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	129.752.395	100.736.374	-
SGBH	SGID - Subcrédito Q	US\$	dez/19	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	134.673.352	104.556.877	-
SGBH	SGID - Subcrédito R	US\$	aug/20	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706%	63.794.425	-	-
Controladora								4.493.998.824	3.439.787.857	3.110.362.187
SMTE	SGID	US\$	nov/14	set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	281.318.664	251.720.903	306.399.180
SPTE	SGID	US\$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	95.369.586	82.399.890	95.337.597
ETIM	SGID	US\$	dez/14	set/18	N/A	N/A	Libor + 2,55%	-	-	-
ITE	SGID	US\$	dez/14	jun/21	N/A	N/A	Libor + 2,65%	117.685.432	91.298.775	175.560.224
PCTE	SGID	US\$	nov/14	dez/28	N/A	N/A	Libor + 2,85%	225.800.695	175.171.175	193.857.529
RPTE	SGID	US\$	nov/14	jun/27	N/A	N/A	Libor + 2,85%	136.850.948	113.855.060	113.140.479
Consolidado								5.351.024.149	4.154.233.661	3.994.657.196
								5.256.399	7.641.362	8.089.180
								4.488.742.425	3.432.146.495	3.102.273.007
								290.824.794	224.992.129	220.325.669
								5.060.199.355	3.929.241.532	3.774.331.528

Circulante - partes relacionadas (Controladora)

Não circulante - partes relacionadas (Controladora)

Circulante - partes relacionadas (Consolidado)

Não circulante - partes relacionadas (Consolidado)

Com relação aos empréstimos com a SGID, embora existam empréstimos com vencimento em 2020, está registrado nas cláusulas contratuais que as Companhias têm o direito de decidir se pagarão ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da empresa. Os saldos dos empréstimos são alocados entre Curto e Longo Prazo mediante a previsão de que não haverá pagamento de principal nos próximos 12 meses e desta forma nas datas de vencimentos os valores devidos são sempre renovados por um período de dois anos.

c. Movimentação dos empréstimos (controladora e consolidado)

Financiador	Saldo inicial bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juro	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final bruto 31/12/2020
SGID - Subcrédito D	1.577.462.772	515.503.305	(62.312.733)	-	-	-	2.030.653.344
SGID - Subcrédito E	457.104.576	154.878.745	(22.993.100)	-	-	-	588.990.222
SGID - Subcrédito F	271.793.446	92.101.270	(13.682.334)	-	-	-	350.212.382
SGID - Subcrédito G	161.333.715	54.670.341	(8.121.689)	-	-	-	207.882.366
SGID - Subcrédito H	93.657.826	31.737.354	(4.714.822)	-	-	-	120.680.358
SGID - Subcrédito I	40.101.400	13.588.959	(2.018.742)	-	-	-	51.671.617
SGID - Subcrédito J	121.232.315	41.081.382	(6.102.947)	-	-	-	156.210.750
SGID - Subcrédito K	163.194.880	55.301.022	(8.215.381)	-	-	-	210.280.521
SGID - Subcrédito L	118.089.576	40.016.417	(5.944.739)	-	-	-	152.161.254
SGID - Subcrédito M	118.089.576	40.016.417	(5.944.739)	-	-	-	152.161.254
SGID - Subcrédito N	11.698.160	3.964.097	(588.896)	-	-	-	15.073.361
SGID - Subcrédito O	100.736.364	34.136.022	(5.071.162)	-	-	-	129.801.224
SGID - Subcrédito P	100.736.374	34.087.183	(5.071.162)	-	-	-	129.752.395
SGID - Subcrédito Q	104.556.877	35.379.965	(5.263.490)	-	-	-	134.673.352
SGID - Subcrédito R	-	508.889	(990.294)	64.275.830	-	-	63.794.425
Controladora	3.439.787.857	1.146.971.368	(157.036.230)	64.275.830	-	-	4.493.998.825
Debêntures	339.726.983	24.063.141	(10.134.427)	-	(1.470.265)	898.275	353.083.707
SGID	714.445.804	243.074.875	(36.219.524)	-	(64.275.830)	-	857.025.325
BNDES	5.647.028.658	531.619.715	(194.243.822)	1.107.735	(231.147.599)	-	5.754.364.687
Consolidado	10.140.989.302	1.945.729.100	(397.634.003)	65.383.565	(296.893.694)	898.275	11.458.472.544

Circulante - partes relacionadas

Não circulante - partes relacionadas

Circulante - terceiros

Não circulante - terceiros

Financiador	Saldo inicial bruto 01/01/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juro	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final bruto 31/12/2019
SGID - Subcrédito D	1.517.042.835	135.668.249	(75.248.312)	1.573.650.000	(1.573.650.000)	-	1.577.462.772
SGID - Subcrédito E	439.529.013	42.691.626	(25.116.063)	457.063.676	(457.063.676)	-	457.104.576
SGID - Subcrédito F	261.343.052	25.384.354	(14.933.960)	271.769.132	(271.769.132)	-	271.793.446
SGID - Subcrédito G	155.130.472	15.067.884	(8.864.641)	161.319.282	(161.319.282)	-	161.333.715
SGID - Subcrédito H	90.056.705	8.747.243	(5.146.122)	93.649.448	(93.649.448)	-	93.657.826
SGID - Subcrédito I	38.559.511	3.745.300	(2.203.411)	40.097.813	(40.097.813)	-	40.101.400
SGID - Subcrédito J	116.570.961	11.322.583	(6.661.229)	121.221.470	(121.221.470)	-	121.232.315
SGID - Subcrédito K	156.920.075	15.241.709	(8.966.904)	163.180.280	(163.180.280)	-	163.194.880
SGID - Subcrédito L	113.549.059	11.029.066	(6.488.549)	118.079.011	(118.079.011)	-	118.089.576
SGID - Subcrédito M	113.549.059	11.029.066	(6.488.549)	121.005.381	(121.005.381)	-	118.089.576
SGID - Subcrédito N	11.248.369	1.092.558	(642.767)	11.987.005	(11.987.005)	-	11.698.160
SGID - Subcrédito O	96.863.075	9.408.348	(5.535.059)	-	-	-	100.736.364
SGID - Subcrédito P	-	(549.638)	(2.586.730)	103.872.742	-	-	100.736.374
SGID - Subcrédito Q	-	(508.839)	-	105.065.716	-	-	104.556.877
Controladora	3.110.362.186	289.369.509	(168.882.296)	3.341.960.956	(3.133.		



★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 na Companhia decorrem de transações com a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1 Ativo	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas	3.819.173	1.116.290	6.339.308	4.998.323	6.470.407	5.503.145
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.821.373	-	1.382.055	-	1.039.564	-
Aluguéis a receber (ii)	975.783	937.322	4.935.048	4.819.167	5.408.752	5.326.941
Outros	22.017	178.968	22.205	179.156	22.091	176.204
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12.181.935.527	797.831.900	2.054.744.961	851.139.264	2.729.245.194	772.739.374
Contas a receber Luneng (iii)	-	-	50.159.046	50.159.046	47.344.000	47.344.000
	1.822.754.700	798.948.190	2.111.243.315	906.296.633	2.783.059.601	825.586.519

23.2 Passivo

23.2 Passivo	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - partes relacionadas	1.896.986	16.645	37.202.311	10.447	1.600.669	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.795.850	-	37.202.311	10.447	1.600.669	-
Outros	101.136	16.645	-	-	-	-
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	19.493.998.824	5.351.024.149	3.439.787.857	4.154.233.661	3.110.362.187	3.994.657.197
	4.495.895.810	5.351.040.794	3.476.990.168	4.154.244.108	3.111.962.856	3.994.657.197

23.3 Resultado

23.3 Resultado	Nota	31/12/2020		31/12/2019	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado - partes relacionadas		8.285.545	4.796.456	9.524.549	5.768.351
Receita de aluguel (ii)		1.062.829	-	(1.354.029)	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	32	117.041.775	76.543.845	167.449.925	78.399.890
Receita de juros de empréstimo	32	(205.290.685)	(253.040.655)	(215.458.938)	(277.959.831)
Despesa de juros de empréstimo		(78.900.536)	(171.700.354)	(39.838.493)	(193.791.590)

(i) Em setembro de 2017, tendo como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016 - o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. O saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas em relação ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (Nota Explicativa nº 15). Em 6 de fevereiro de 2014, a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("Luneng Brasil"). Em 29 de agosto de 2014, a Companhia celebrou com a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited ("Luneng"), em acordo de custódia, a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para Administração da Luneng Brasil. Em contrapartida, a Luneng mantém a Companhia isenta de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de três anos contados a partir de junho de 2014. O contrato prevê renovação automática caso não ocorra manifestação expressa das partes com antecedência de três meses. Considerando que State Grid Brazil Holding S.A., detém 99,99% do capital social da Luneng Brasil Sports Center Ltda., e que seus negócios são em diferentes área de atuação, sem sinergia entre eles, e que a gestão da Luneng Brasil Sports Center Ltda. foi e de fato tem sido efetuada pela Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited. Diante disso, em Setembro de 2020 a SGBH se retira do quadro de sócios da Luneng Brasil, mediante a cessão não onerosa de 100% das quotas de que é possuidora no capital da Luneng Brasil para a Shandong Garantias. A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas e controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2020		Data de assinatura do contrato		Data de vencimento	
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000		15/12/2016	30/05/2021		
PPTE (i)	Financiamento LP	112.000.000		11/02/2019	30/04/2022		
PPTE (ii)	Execução Fiscal	2.843.209		20/07/2016	20/07/2021		
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041		03/10/2016	03/10/2021		
ETIM (ii)	Execução Fiscal	138.284		17/07/2020	17/07/2025		
SMTE (i)	Execução Fiscal	1.066.240		14/10/2016	14/10/2021		
SMTE (ii)	Execução Fiscal	5.944.209		27/04/2016	26/04/2021		
BMTE (ii)	Financiamento LP	418.631.305		22/12/2020	22/12/2021		
BMTE (iii)	Financiamento LP	35.037.000		13/07/2017	13/04/2021		
BMTE (iv)	Financiamento LP	295.800.000		31/10/2017	31/07/2021		
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000		30/09/2015	27/3/2021		
XRTE (ii)	Financiamento LP	4.442.502.598		21/11/2018	31/12/2021		
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727		28/09/2016	31/03/2021		
Guaraciaba (iii)	Financiamento LP	60.180.000		16/07/2018	31/03/2021		
CNTE (i)	Financiamento LP	147.478.528		16/10/2018	31/03/2021		
Paranaíta (i)	Financiamento LP	580.084.321		16/10/2018	30/10/2021		
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000		08/02/2018	08/02/2021		
PCTE (i)	Execução Fiscal	24.753		01/06/2018	01/06/2023		
ITE (i)	Execução Fiscal	80.860		01/06/2018	01/06/2023		
ITE (ii)	Execução Fiscal	418.091		21/10/2016	21/10/2021		
ITE (iii)	Execução Fiscal	1.066.984		23/09/2016	23/09/2021		
ITE (iv)	Execução Fiscal	535.551		21/10/2016	21/10/2021		
RPTE (i)	Execução Fiscal	35.717		17/07/2020	17/07/2025		

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2019		Data de assinatura do contrato		Data de vencimento	
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000		15/12/2016	30/05/2021		
PPTE (i)	Financiamento LP	112.000.000		11/02/2019	30/04/2022		
PPTE (ii)	Execução Fiscal	2.843.209		20/07/2016	20/07/2021		
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041		03/10/2016	03/10/2021		
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028		14/10/2016	14/10/2021		
SMTE (ii)	Execução Fiscal	5.664.115		27/04/2016	26/04/2021		
SMTE (iii)	Execução Fiscal	136.862		27/03/2019	08/03/2024		
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000		17/03/2017	01/06/2020		
BMTE (iii)	Financiamento LP	411.213.000		27/12/2018	27/12/2020		
BMTE (iv)	Financiamento LP	35.037.000		13/07/2017	13/04/2021		
BMTE (v)	Financiamento LP	295.800.000		31/10/2017	01/07/2020		
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000		30/09/2015	01/03/2020		
XRTE (ii)	Financiamento LP	3.608.475.878		21/11/2018	01/12/2021		
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000		30/04/2018	30/04/2020		
Guaraciaba (iii)	Financiamento LP	224.183.727		28/09/2016	31/12/2019		
Guaraciaba (iv)	Financiamento LP	60.180.000		16/07/2018	31/12/2019		
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000		31/03/2018	30/09/2020		
Paranaíta (ii)	Risco de construção	24.480.000		31/07/2018	27/01/2020		
CNTE (i)	Financiamento LP	147.478.528		16/10/2018	01/10/2020		
Paranaíta (i)	Financiamento LP	580.084.321		16/10/2018	30/10/2021		
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000		08/02/2018	08/02/2021		
PCTE (i)	Execução Fiscal	20.403		01/06/2018	01/06/2023		
ITE (i)	Execução Fiscal	77.104		01/06/2018	01/06/2023		
ITE (ii)	Execução Fiscal	426.560		21/10/2016	21/10/2021		
ITE (iii)	Execução Fiscal	207.331		23/09/2016	23/09/2021		
ITE (iv)	Execução Fiscal	333.005		21/10/2016	21/10/2021		
ITE (v)	Execução Fiscal	849.840		21/10/2016	21/10/2021		
ITE (vi)	Execução Fiscal	85.397		18/07/2018	18/07/2023		

(i) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado. (ii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

23.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração fixa e variável (*)				
Salário	12.666.576	11.077.162	680.284	998.415
Benefícios diretos e indiretos	1.178.871	3.429.780	13.488	22.341
Encargos	4.839.438	4.418.070	190.842	273.073
Provisões (13º salário, férias e bônus)	5.901.902	4.084.716	-	-
Valor total da remuneração	24.586.787	23.009.728	884.614	1.293.829

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bonus.

24. IMPOSTOS DIFERIDOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Impostos diferidos ativos (i)	-	88.360.024	-	30.257.096	-	32.131.651
Impostos diferidos passivos (ii)	(150.838.492)	(4.097.473.892)	(149.321.134)	(3.820.340.350)	(147.809.364)	(3.301.153.560)
	(150.838.492)	(4.009.113.868)	(149.321.134)	(3.790.083.254)	(147.809.364)	(3.269.021.909)

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre a adoção inicial do ativo financeiro da Companhia. (ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a. Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	-	2.015.576	-	3.092.346	-	2.121.317
Cível	-	2.140.181	-	4.431.780	-	4.028.737
Servidões	-	6.836.819	-	2.163.956	-	2.406.993
Ambiental	-	33.007.524	-	32.752.608	-	28.605.881
Trabalhista	1.168.996	2.675.582	702.239	1.781.765	589.816	1.627.568
	1.168.996	46.675.682	702.239	44.222.455	589.816	38.790.496

A movimentação das provisões prováveis na controladora está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adições e reversões, líquidas	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Atualizações monetárias	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020					1.168.996	1.168.996

A movimentação das provisões prováveis no consolidado está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
Adições e reversões, líquidas	(2.299.615)	882.972	1.281.902	(626.433)	4.672.863	3.911.689
Pagamentos	-	(4.343)	(2.358.672)	-	-	(2.363.015)
Atualizações monetárias	8.016	15.188	-	881.349	-	904.553
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.140.181	2.675.582	2.015.576	33.007.524	6.836.819	46.675.682

b. Reembolso de contingências: Por meio dos contratos de compra e venda das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

Controladas	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
T						



★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. BMTE: A controlada em conjunto BMTE, goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que foi concedido pela SUDAM na redução do imposto de renda. Em 31 de dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 8.000.153,15. **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	310.234.564	1.214.684.044
Resultado decorrente da incorporação reversa	-	-
Reserva legal (5%)	(15.511.728)	(60.734.202)
Base de cálculo para os dividendos	294.722.837	1.153.949.842
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	2.947.228	11.539.498

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	8.285.545	3.285.213.986	9.524.549	4.746.246.209
Receita de operação e manutenção	-	532.266.144	-	356.593.943
Remuneração dos ativos de contrato	-	2.737.300.123	-	2.571.553.015
Receita de construção (i)	-	35.591.160	-	1.772.642.263
Receita de aluguel	8.285.545	4.796.456	9.524.549	5.768.351
Ajustes de receitas variáveis (ii)	-	28.269.477	-	45.131.269
(-) Rateio de antecipação (iii)	-	(53.009.374)	-	(5.442.632)
Deduções da receita operacional	(766.413)	(365.971.448)	(881.021)	(476.418.772)
PIS/COFINS (correntes)	(766.413)	(249.648.706)	(881.021)	(162.687.861)
PIS/COFINS (diferidos)	-	(25.405.468)	-	(246.094.779)
ISS	-	(274.347)	-	-
RGR	-	(31.408.932)	-	(30.445.085)
P&D	-	(26.532.442)	-	(18.111.860)
CDE	-	(18.696.330)	-	(11.472.348)
TFSEE	-	(10.713.347)	-	(4.947.873)
Proinfra	-	(3.291.876)	-	(2.658.966)
	7.519.132	2.919.242.538	8.643.528	4.269.827.437

(i) A Variação refere-se substancialmente a receita de construção da controlada XRTE em 2019, que entrou em operação em 14 de outubro de 2019; (ii) Valor refere-se a diferença entre a Rap do cálculo de ativo de contrato (projetado) e receita de AVC emitida pela ONS (realidade), que a Companhia ajusta mensalmente; (iii) O rateio de antecipação teve um aumento significativo devido o despacho nº 1.106, de 20 de abril de 2020, onde a ANEEL decide antecipar a devolução do superavit de receita que havia sido arrecadado pelas transmissoras no ciclo 2019-2020. O superavit é dado pela soma da CDE arrecadada e da rubrica de antecipação. A ANEEL verificou que, no ciclo passado entre os meses de maio-19 a março-20, havia uma sobre no setor e, como esta sobre já seria devolvida no reajuste, a ANEEL decidiu por antecipar a devolução, e isto foi feito através da rubrica da antecipação (nos meses de abril maio e junho-20).

29. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(2.754.544)	(131.460.565)	(1.510.291)	(111.973.798)
Material	(76.373)	(17.985.914)	(39.096)	(11.064.055)
Serviços de terceiros	(1.404.228)	(34.987.869)	(1.372.469)	(29.457.972)
Depreciação	(2.156.713)	(1.649.983)	(500.218)	246.526
Custo de construção (i)	-	(17.884.678)	-	(1.727.348.530)
Custo de operação e manutenção (ii)	-	(40.181.858)	-	(26.854.828)
Outros	(1.479.399)	(33.820.592)	(1.518.865)	(26.018.722)
	(7.871.257)	(277.971.459)	(4.940.939)	(1.932.471.379)

(i) A Variação de custo de construção e de operação e manutenção referem-se substancialmente à controlada XRTE, devido a sua entrada em operação em 14 de outubro de 2019.

(ii) O aumento na variação refere-se substancialmente na criação dos projetos de melhoria nas subestações das empresas do grupo.

30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(6.904.924)	(91.179.628)	(7.214.738)	(94.829.250)
Serviços de terceiros	(4.293.815)	(16.614.197)	(5.049.042)	(21.162.792)
Arrendamentos e aluguéis	(31.066)	(521.157)	(43.335)	(1.454.848)
Provisão	(4.432.684)	(4.430.953)	(290.017)	(1.583.291)
Tributos	(2.811.172)	(7.099.598)	(130.081)	(566.394)
Depreciação e amortização	(3.162.146)	(4.899.159)	(4.698.370)	(5.847.024)
Gastos diversos	(5.915.400)	(13.626.299)	(6.805.966)	(15.096.217)
Doações (i)	(33.970.046)	(45.425.155)	(547.493)	(5.972.660)
Outros (ii)	(497.001)	5.869.001	(440.567)	15.960.208
	(62.018.254)	(177.927.145)	(25.219.609)	(130.552.268)

(i) Variação refere-se substancialmente a doações feitas pela controlada XRTE para contribuir com os esforços governamentais e mitigar os efeitos da pandemia e doação na Controladora SGBH através do Instrumento Particular de Cessão de Quotas onde State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH") e International Grid Holdings Limited ("IGHL") cedem gratuitamente para ShanDong Luneng Tai Shan Football Club Limited ("SHANDONG"), 40.000.000 (quarenta milhões) de quotas de que são titulares, representativas do capital social da empresa Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("LUNENG"), no valor nominal de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), (ii) Variação refere-se substancialmente no custo de recuperação de despesas devido a ajuste de inventário de almoxarifado conforme levantamento físico.

31. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	-	23.163.777	217.753	25.410.975
Demais receitas e rendas	-	198.407	-	2.826.560
Tributos sobre receitas	-	(3.413.991)	(23.941)	(3.889.109)
Perdas na alienação de bens e serviços	-	(1.071.073)	-	-
Pessoal	(500.300)	(6.906.959)	(486.634)	(7.456.650)
Depreciação e amortização	-	(3.155.628)	-	(1.644.840)
Outros	-	(9.551.716)	-	(9.372.031)
	(500.300)	(737.183)	(292.822)	5.874.905

(i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes as controladas.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	1.079.848.463	1.045.628.525	989.281.202	1.012.524.104
Receitas de aplicações financeiras	11.399.861	42.758.634	34.805.307	114.190.479
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas	117.041.775	76.543.845	167.449.925	78.399.890
Variação cambial	792.725.981	949.358.183	622.800.445	840.613.278
Outras	13.154	941.580	3.210.728	12.099.328
Juros sobre capital próprio	181.422.413	-	187.954.781	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(22.754.721)	(23.973.717)	(26.939.984)	(32.778.871)
Despesa financeira	(2.196.328.743)	(3.007.161.046)	(1.167.149.325)	(1.808.975.390)
Variações cambial	(1.786.798.521)	(2.325.846.279)	(753.139.091)	(964.790.727)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - Terceiros	-	(381.600.479)	-	(518.670.711)
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas	(205.290.685)	(253.040.655)	(215.458.938)	(277.959.831)
IOF e comissões sobre empréstimos	(1.416.399)	(1.373.468)	(10.279.797)	(33.937.294)
Reversão de juros sobre capital próprio	(181.422.413)	-	(187.954.781)	-
Multas e juros	(46.417)	(14.898.483)	(148.686)	(3.812.671)
Outras	(21.354.308)	(30.401.682)	(168.032)	(9.804.156)
	(1.116.480.280)	(1.961.532.521)	(177.868.123)	(796.451.286)

33. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	Controladora	Controladora
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	311.751.923	1.216.195.814
Adições/Exclusões não dedutíveis	59.503.114	2.907.663
Variação Cambial	417.822.934	(497.076.774)
Juros Indedutíveis	24.823.505	9.457.804
Equivalência Patrimonial	(1.491.102.882)	(1.415.873.779)
Juros s/Capital Próprio	181.422.413	187.954.781
Outros	-	-
Lucro Real	(495.778.993)	(496.434.491)
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	(495.778.993)	(496.434.491)
IRPJ antes Inc. Fiscais (25%)	-	-
Inc. Fiscais	-	-
IRPJ devido (25%)	-	-
CSLL (9%)	-	-
IR e CS correntes	-	-
IR e CS diferidos	(1.517.359)	(1.511.770)

Para as controladas, SGBH, ETEE, ITE, IRTE, PPTE, SMTE, PRTE, CNTE e XRTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro real. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	525.919.363	1.514.052.304
Adições/Exclusões não dedutíveis	98.304.609	44.396.267
Variação Cambial	499.406.530	(523.969.545)
Juros Indedutíveis	37.513.511	9.457.804
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	(13.350.401)
Equivalência Patrimonial	98.844.016	(80.624.588)
Ajustes de IFRIC	(636.576.929)	(929.243.271)
Amortização Ágio (Goodwill)	(30.035.845)	(30.035.845)
Lucro Real	593.375.255	(9.317.275)
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	593.375.255	(9.317.275)

IRPJ antes Inc. Fiscais (25%)	(191.846.925)	(103.822.074)
Inc. Fiscais	(148.126)	-
IRPJ devido (25%)	(191.995.052)	(103.822.074)
CSLL (9%)	(69.101.647)	(37.436.427)

IR e CS correntes **(261.096.699)** **(141.258.501)**
IR e CS diferidos **(234.416.633)** **(280.886.707)**
Alíquota efetiva 50% 9%

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido: Para as controladas, ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Catxer, ACTE e SGSE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas brutas	423.478.593	375.296.085
Base de cálculo (8%)	33.660.881	30.023.687
Outras receitas	7.364.171	26.694.341
Base de cálculo	41.025.052	56.718.028

IR devido	(10.096.476)	(14.045.221)
Ajuste provisão IR anos anteriores	1.065.300	-
(+) IR diferido/Outros	<u>20.720.497</u>	3.357.109
Total de IRPJ	11.689.321	(10.688.112)

Base de cálculo (12%)	50.817.431	45.035.530
Outras receitas	<u>7.364.171</u>	<u>26.694.341</u>
	58.181.602	71.729.871

Base de cálculo	(5.195.226)	(6.484.538)
CSLL devida	308.319	-
Ajuste provisão CSLL anos anteriores	<u>7.153.557</u>	<u>643.352</u>
(+) CSLL diferida/Outros	2.266.650	(5.841.186)

IR e CS correntes	(13.918.083)	(20.529.759)
IR e CS diferidos	27.874.054	4.000.461
Total de IRPJ/CSLL	13.955.971	(16.529.298)

Base de cálculo	58.181.602	71.729.871
-----------------	------------	------------

Base de cálculo	41.025.052	56.718.028
------------------------	-------------------	-------------------

CSLL devida	(5.195.226)	(6.484.538)
Ajuste provisão CSLL anos anteriores	308.319	-
(+) CSLL diferida/Outros	<u>7.153.557</u>	<u>643.352</u>
Total de CSLL	2.266.650	(5.841.186)

IR e CS correntes	(13.918.083)	(20.529.759)
IR e CS diferidos	27.874.054	4.000.461
Total de IRPJ/CSLL	13.955.971	(16.529.298)

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois estes têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **34.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado

	Nota	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	8	38.645.043	1.084.267.944	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000
Títulos e valores mobiliários	9	100.016.657	258.190.069	-	105.407.044	-	46.552.332



continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

d. Risco de crédito: Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente com a ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as autorizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

35. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, e a utilização de capital de terceiros visa a otimizar sua estrutura de capital, bem como monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2020.

36. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composta por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Natureza	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	10.000.000	60.000.000	10.000.000	50.000.000
Seguro patrimonial	120.278.959	8.488.682.665	163.976.000	7.975.635.863
Veículos	-	14.856.493	-	14.611.855
Transporte	-	28.000.000	-	28.000.000
Equipamentos	-	951.600	-	951.600
	130.278.959	8.592.490.758	173.976.000	8.069.199.318

37. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 58.333.200. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
IRTE-PM-2020-3342	Marte	Design básico para IRTE-Milagres II	13/07/2020	33.000
IRTE-PM-2020-3454	Marte	Projeto Executivo para IRTE-Milagres II	31/07/2020	683.769
PO-007874	Mapasgeo	Topografia para IRTE-Milagres II	02/10/2020	2.363
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II	30/12/2020	34.440.000
EXPMRTE2019003	Nari	Contrato EPC para MRTE Contrato EPC para PPTE - 3º banco de transformador	22/02/2019	320.826
NPTE-PM-2018-2379	Nari	3º banco de transformador	26/04/2018	1.450.197
PPTE-PM-2020-3371	Nari	Cubículos in PPTE	11/08/2020	1.851.574
PPTEPM20203685	Dolar Engenharia	IPARO para PPTE-Cubículos	30/11/2020	590.000
PPTEPM20203507	Nari	Remobilização	24/09/2020	461.568
PRTEPM20203520	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C2	16/09/2020	5.000.000
PRTEPM20203519	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C3	30/09/2020	5.400.003
EXP-SMTE-2019-008	NARI	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	1.060.791

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
IRACEMA-PM-2017-2222	NARI	Contrato EPC para IRTE- Cural Novo II	27/12/2013	2.015.971
IRACEMA-OM-2013-64	SIEMENS	Banco reator	19/12/2013	107.680
EXP-SPTE-2019-0023	NARI	Contrato EPC para SPTE - Pirapora 2	27/09/2019	525.333
PRTE-ENG-2018-177	NARI	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	125.757
CNTE-ENG-2016-0007	CET	Contrato EPC para CNTE	21/12/2016	241.754
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	2.000.000
RPTE-PM-2017-2170	NARI	Contrato EPC para RPTE - Marimbondo Contrato de design executivo para RPTE - Marimbondo	13/09/2017	13.360
RPTE-PM-2016-1577	TRACTEBEL (LEME) GUARACIABA	Contrato de design executivo para RPTE - Marimbondo	06/06/2016	33.594
RPTE-OM-2016-1488	TRANSMISSORA (GTE)	CCI entre GTE e RPTE - Marimbondo Aditivo do Contrato EPC para ITE - Ribeirãozinho - Reator	20/04/2016	267.580
ITE-PM-2020-3360	NARI	Contrato básico, design executivo e estudos para Iracema	22/06/2020	1.207.906
ITE/EPC-001/2012_SE_ENGENHARIA	INTEREST SÃO SIMÃO (COBRA BRASIL)	Contrato EPC para Iracema - Conexão de reator	13/08/2012	98.594
IRACEMA/EPC-002/2012	SIEMENS	Sistema de proteção e controle - Reator Iracema	06/06/2012	206.867
ITE/EPC-004/2013_SE_SCHNEIDER	SCHNEIDER	Disjuntor, transformador corrente e outros equipamentos- reator Iracema	30/12/2013	175.979
ITE/EPC-003/2013_SE_SIEMENS_EQUIPAMENTOS	SIEMENS		25/03/2014	18.734
				58.333.200

Cronograma de vencimento	Em R\$
2021	44.235.346
2022	14.097.854
	58.333.200

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

ETEE: Em 08 e fevereiro de 2021 na controlada "ETEE" (Expansion Transmissão de Energia Elétrica), houve a quitação integral de debêntures com o pagamento de R\$ 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) de principal e R\$ 1.329.869 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais) de juros. XRTE: Está prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021 a redução do capital social da controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"), no valor de R\$ 480 milhões de reais, por ser considerado excessivo, mediante o cancelamento de 480 milhões de ações ordinárias nominativas, conforme previsão do art. 173 da Lei 6.404/76. Considerando que ocorreram alterações significativas nas condições do financiamento do BNDES, principalmente com relação ao aumento do valor total do limite financiável e da emissão de debêntures pela XRTE integralmente adquiridas pela SGBH, a estrutura de capital do projeto foi alterada. Desta forma, o valor financiado via dívida aumentou, com a consequente redução na participação acionária da XRTE no plano de negócios, demandando, assim, uma revisão do capital social. O valor previsto de capital social de R\$ 2,291 bilhões já foi integralizado, restando apenas R\$ 480 milhões ainda registrados como capital subscrito, porém não integralizado no balanço patrimonial, para os quais pretende-se a redução. Destaca-se que, conforme atual estrutura de capital do projeto, o qual já está inclusive em operação comercial, não há mais a necessidade/previsão de integralização de tal valor. A redução de capital da XRTE pretendida foi submetida à aprovação prévia da ANEEL e do BNDES, sendo concedida ambas as autorizações através do Despacho ANEEL 436/2021 e Carta BNDES AE/DEEN1 nº 21/2021, respectivamente. Dessa forma, o capital social da XRTE será reduzido de R\$ 2.771.001.000,00 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) e 2.771.001.000 (dois bilhões, setecentas e setenta e um milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas para R\$ 2.291.001.000,00 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais) e 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e uma mil) ações. Ressalta-se que a redução de capital não prejudica a capacidade econômica e financeira da XRTE, nem o cumprimento de qualquer dever ou obrigação assumida, além de não se tratar de transferência financeira efetiva e sim apenas uma adequação documental.

DIRETORIA			
Shirong Lyu Diretor-Presidente	Zhongjiao Chang Diretor Vice-Presidente	Anselmo Henrique Seto Leal Diretor Vice-Presidente	Mariana de Oliveira Barbosa Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da

State Grid Brazil Holding S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes: Veja as Notas 5.4 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Principal assunto de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão, e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:** (i) entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) a verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; e (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2019 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018) e 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, ora representados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 6, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de março de 2021, sem qualquer modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de

auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6